

## AS PRÁTICAS SÓCIO-EDUCATIVAS DA ARQUIDIOCESE DE NATAL NAS DÉCADAS 40 E 50

Andréa Gabriel F. Rodrigues  
José Mateus do Nascimento  
Marlúcia Menezes de Paiva  
UFRN

### TEXTO:

Trabalho de investigação histórica, tendo como objeto de estudo as práticas sócio-educativas da Igreja Católica de Natal/Brasil nos anos 40 e 50. Para evidenciar o objeto de estudo, foi realizada análise histórica de fontes escritas, onde a presença do aparato documental dos arquivos da Arquidiocese de Natal serviu de suporte material na pesquisa. Na construção do objeto, as correspondências, ofícios, os boletins, relatórios, textos escritos, jornais, constituíram instrumentos privilegiados e fundamentais. O documento, conforme Le Goff (1996), entendido como monumento que testemunha de um tempo específico, construído social e intencionalmente, passivo de análise, de interpretação subjetiva do historiador, que sente a necessidade de o desconstruir para, então, extrair dele significados, sentidos.

O objetivo da pesquisa é estudar as fases urbana e rural das ações da igreja, as quais ficaram reconhecidas historicamente como *Movimento de Natal*. Essas práticas, a priori, foram organizadas nas décadas 40 e 50 no espaço urbano e tinham como foco de atenção os grupos menos favorecidos economicamente, visando assistência social, educativa e religiosa. Com estratégias de atuação foram organizadas instituições como Escolas Ambulatórios, centros sociais, clubes de mães, creches e orfanatos; funcionando como pólos de desenvolvimento de novos bairros e divulgação da doutrina social católica.

A fase urbana do Movimento de Natal foi definida por D. Eugênio de Araújo Sales como Obras Sociais Católicas, sendo marcada pelo exercício da filantropia, um modelo assistencial, fundamentado na ciência, para substituir o modelo de caridade. Nestes termos, a filantropia atribuiu-se a tarefa de organizar a assistência dentro das novas exigências sociais, políticas, econômicas e morais, que nascem com o início do século XX no Brasil (MARCÍLIO, apud FREITAS, 2001, p.78).

A organização desse trabalho de assistência ficava na responsabilidade das moças estagiárias da Escola de Serviço Social, estudantes de metodologias avançadas de organização de grupo e de comunidade, e da participação dos Jovens da Ação Católica (JFC e JMC). Atuação que ia de encontro aos pensamentos de membros mais

conservadores da Igreja, defensores das obras caritativas, que se limitavam apenas à distribuição assistemática de donativos. A nova proposta de trabalho dizia que as intervenções deveriam ocorrer por meio da organização de Centros Sociais e Escolas Ambulatórios no seio das comunidades carentes, com o objetivo de promover a alfabetização das crianças e educação das famílias por meio de cursos de educação sanitária, de como criar os filhos e cuidar da higiene do corpo e da casa.

Por intermédio de práticas educativas com as crianças, a Igreja Católica conquistava a sua presença no interior daquelas comunidades carentes. Ainda que não existisse nelas um templo erguido, mas inúmeras *igrejas vivas* haviam sido construídas, verdadeiros núcleos irradiadores de religiosidade. Eram organismos, os quais Dom Eugênio de Araújo Sales denominava de *Centros de Irradiação de Promoção Humana e Assistência Espiritual*. Isto porque a intervenção da Igreja não se baseou somente nos valores sociais, mas também na difusão dos valores religiosos e espirituais. Procurava estabelecer uma forte aliança entre as dimensões da fé cristã e das obras sociais, apesar da segunda dimensão ter um poder muito maior de atrair a população carente.

Alcançar primeiro a infância estava em consonância com a Doutrina Social da Igreja que exprimia a preocupação em atender a necessidade de educação do povo pobre, preparando-o para o futuro. As crianças representavam um segmento importante na construção desse futuro, por isso incomodavam quando mendigavam pelas ruas. Era uma realidade que deveria ser imediatamente contornada, não podendo se perpetuar, pois um dia se tornariam adultos. E que pessoas adultas seriam? Atender a criança desamparada ou carente trazia a intenção oculta de se evitar o adulto desajustado. Na obra *Infância no Sótão*, Arroyo (1999), revela que os projetos pedagógicos dessas instituições reformadoras objetivavam construir na infância o adulto desejado, ordeiro, trabalhador, civilizado, capaz de ser integrado à ordem social.

A infância tem sido em toda a parte e sempre o grande objetivo de todas as grandes civilizações, porque elas bem sabem que nas crianças repousam as esperanças e toda a segurança do futuro de uma nacionalidade. (GURGEL, 1945, p.4). Assim, a geração de amanhã será forçosamente heróica, pois traz a missão de reconstituir o mundo. (QUE..., 1945, p.4). O ser criança representava inocência, felicidade, um projeto seguro de construção de um futuro próspero. Todavia, historicamente, esse pensamento foi se modificando. Aos poucos, as circunstâncias revelam que a redoma protetora da infância estava sendo quebrada e deste modo, o próprio presente e o futuro eram ameaçados. A

criança *desviante* (LIMA, 1997), passou a ser aquela que rompia com o modelo ideal. No pós-segunda guerra, a criança constitui-se em um problema social, passa a alimentar um sentimento de incerteza e medo.

O conceito de criança carente estava relacionado com a idéia de fome, de tristeza, de violência e de pobreza. Tornava-se um motivo de preocupação não apenas dos pediatras e pedagogos, mas de todos aqueles que se sentiam responsáveis pelo futuro da pátria e da humanidade.

Legalmente o amparo ao menor era uma responsabilidade social atribuída aos órgãos públicos apoiados pela sociedade civil. Esta missão ficou bem delimitada quando o Departamento Nacional da Criança proclamou, em 1948, uma carta com os Direitos da Criança Brasileira.

A prática da exclusão da infância pobre se constitui num problema antigo em nosso país. Segundo Marcílio (FREITAS, 2001) vem sendo notada na história do Brasil desde o século XVIII, através da Roda dos *enjeitados* ou *expostos* nas Santas Casas de Misericórdias, organizadas no Estados da Bahia, Rio de Janeiro e Recife. O tratamento dado aos filhos de escravos era o abandono e a discriminação, contrariando a representação de criança, com um ser frágil, necessitado de proteção.

No limiar dos anos 40, a criança carente além de ser tratada como a desvalida, passa a ser também considerada como a *transviada*, aquela perigosa, sinônimo de maldade, complexidade, insegurança, agressividade, desencanto, desamor, futuro incerto. O novo conceito é construído devido ao aparecimento de menores que transgrediam as regras de civilidade. Escorados na prática do esmolar, enveredaram para a realização de roubos, brigas, porte de armas e até homicídios. Os jornais notificavam:

Há defeitos seríssimos na educação de hoje. Essa crise de autoridade, essa vontade de não estudar, de não fazer o que é devido, está realmente na massa do sangue de muito menino e de muita menina em nossos dias. E de onde veio esse defeito? Sem dúvida nenhuma são defeitos de educação. Certo, o menino está bem longe de ser um anjo, (...). (GUERRA, 1949, p.2)

Procurar a razão para tantos *desatinos*, se tornou a grande preocupação dos intelectuais que viveram aquele período. O fragmento acima exposto é parte de um artigo escrito pelo Dr. Otto Guerra, cuja epígrafe dizia *Menores e Crimes*. O autor discorria de uma temática inédita e que causava em seus leitores um sentimento de perplexidade.

Muitos não acreditavam que *crianças* seriam capazes de praticar crimes. O ser infante estava ainda relacionado a imagem e ao conceito de ingenuidade, de fragilidade e afeto. Como negar tal representação?

O crescimento da zona urbana da cidade do Natal constitui um cenário de tensões sociais, o que contribui para a distinção entre *infância marginal* e *infância civilizada*. Segundo Veiga & Faria (1999), autores de *Infância no Sótão*, a *infância marginal* se constitui num perigo e fica, a partir de 1920, associada à palavra *menor*, que passou a referir-se a àquele que estava em situação de abandono, marginalidade, o *infrator*. Antes, o termo era atribuído a uma pessoa que não possuía idade suficiente para responder pelos seus próprios atos, relacionando-se a responsabilidade penal.

O termo menor indicava o menino de rua ou menino em situação de rua, assim como definem os autores, Koller e Hutz (1996), fazendo referência a esse sujeito como integrante de um contexto dinâmico, que determina as maneiras de ser e de fazer. Um Menor em situação de rua é “um termo genérico que designa meninos e meninas e adolescentes, cujos vínculos familiares são cíclicos, permanentes ou interrompidos e que, em decorrência, ocupam a rua intermitente, temporária ou permanentemente.” (MILITO, 1995).

Tais termos não integravam as formas de tratamento utilizadas nas Escolas Ambulatórios, as quais utilizavam *crianças carentes* para denominar a infância desvalida, pobre.

Com base em representações construídas sobre a infância pobre, ocorre, então, a configuração de diferentes lugares (cenários), que funcionam como campus de práticas específicas.

O conjunto de práticas diferenciadas que caracterizavam as instituições de amparo às crianças carentes estaria intrinsecamente relacionadas às representações construídas a respeito delas. Esse fenômeno respalda-se numa premissa de Chartier (1990, p.86), que esclarece sobre a possibilidade de articulação entre representações das práticas e práticas de representações, entendendo essa dinâmica de pensamento-ação como um movimento cíclico ininterrupto. Isto porque Chartier (1991, p.177) não consegue entender que haja prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles.

Nos anos 50, a Igreja de Natal direciona suas práticas para o meio rural, como forma de expandir seu ideário católico e de assegurar a permanência do homem no campo,

numa época em que no Brasil e particularmente no nordeste do país, ocorriam grandes migrações para os centros urbanos. Para tanto, a Arquidiocese de Natal/RN, mediante a criação do Serviço de Assistência Rural, sistematizou o programa de Missões Rurais, que promoviam assistência espiritual, sócio-educativa, médica e cultural, destinadas às comunidades rurais; respaldadas no desenvolvimento de comunidade.

Essas práticas simbolizaram momentos onde a Igreja desenvolveu um trabalho de base, voltado para o social, principalmente no meio rural, agindo em articulações com o poder estatal. As Missões Rurais eram conduzidas por uma equipe técnica do serviço de Assistência Rural - SAR (órgão organizador das ações da Arquidiocese no Estado) e por profissionais da área de saúde, de educação, entre outros cedidos pelos Ministérios da Educação e Agricultura. A finalidade era propiciar ao trabalhador informações que contribuíssem para modificar as formas de convivência social, hábitos de higiene, organização comunitária, além de estimular o uso de tecnologia agrícola avançada e mais sofisticada na lavoura; conteúdos que iriam contribuir para fixação do homem ao campo. Para a concretização dessas finalidades equipes foram organizadas, usaram técnicas de trabalho, entre as quais o Serviço Social de grupo e o Desenvolvimento de Comunidade.

As Missões fizeram parte de um projeto nacional-desenvolvimentista de conduzir o país a um desenvolvimento sócio-econômico, modernizando parte dos setores de habitação, trabalho e comunidade, diminuindo os efeitos do êxodo rural dos anos 50, que vinha provocando desequilíbrios regionais nas cidades. O estudo mostra essas práticas interligadas ao poder público local e nacional evidenciando parceria Igreja/Estado.

Consideramos as relações da Arquidiocese de Natal inserida numa configuração social, onde apresentava aproximações com os valores, idéias e interesses que circulavam a sociedade nos anos 50, como, por exemplo, a ênfase no desenvolvimento do país, no estímulo à renovação das técnicas da lavoura, na higiene do meio rural. Por configuração social entende-se uma formação global em constante mutação, na qual estão incluídas as pessoas, suas ações e relações; onde há interdependência entre indivíduo/sociedade, elementos que não são apenas percebidos nas suas relações antagônicas, mas numa cadeia de reciprocidades; entrelaçados. (ELIAS, 1969).

As Missões Rurais foram percebidas no estudo, enquanto práticas que promoviam a organização de comunidades nos seus aspectos sociais, econômicos e educacionais. Quando nos referimos ao termo Missão, evidenciamos que esta expressão foi usada no Brasil e, particularmente, no Estado do Rio Grande do Norte nos anos 50, para delinear um

conjunto de atividades de cunho sócio-educativas, empreendidas no cotidiano rural pela Arquidiocese de Natal. Apresentavam como suporte básico de suas atividades, as técnicas do desenvolvimento de comunidade, formas cooperativas de trabalho, redistribuição de tarefas e convívio grupo no campo, extensão agrícola (incluindo o cooperativismo), educação sanitária, serviço social do grupo, fazendo uso de recursos como rádio, cinema, biblioteca, dinâmicas de grupo, para desenvolvê-las.

Nessas práticas, vários elementos estavam envolvidos: a Arquidiocese (tendo o Serviço de Assistência Rural - SAR, criado em 1949, como órgão representativo e organizador de suas práticas para o Estado do RN), o governo federal (representado pela Campanha Nacional de Educação Rural) e a comunidade local de cada município visitado pela Missão. Em 1952 o Serviço de Assistência Rural realizou um Acordo com a Campanha Nacional de Educação Rural, onde assumiram responsabilidades conjuntas com o direcionamento de tais ações no RN.

Particularmente, havia preocupações do governo na década de 50 em lançar projetos, principalmente para áreas onde os problemas de pobreza e miséria assolavam. O governo federal investia na industrialização de regiões como, por exemplo, o sudeste; para o nordeste continuava uma política assistencialista, filantrópica, que ampliava o seu raio de ação somente por ocasião das secas periódicas.

A Igreja de Natal, inserida numa configuração social de conflitos sociais porque passava a sociedade, mantém-se mais próxima de um discurso religioso em prol dos pobres e oprimidos, em vez de uma reação apática aos acontecimentos da década de 50. As preocupações com o desenvolvimento sócio-econômico da nação emergiam das atitudes da Igreja no Brasil, e particularmente do Rio Grande do Norte, bem como das ações governamentais e empresariais. O período pós-guerra deixou marcas na economia, com ocorrência em todo o país. O panorama sócio-econômico do Estado do RN sofreu modificações em suas estruturas, buscando provavelmente alcançar o surto de desenvolvimento que transformou a fisionomia da capital.

Os registros situados nos arquivos da Arquidiocese de Natal atestam como finalidade das práticas religiosas e educativas desenvolvidas pelas Missões Rurais:

(...) estudos dos problemas de base da região, despertar as populações dos municípios para os seus problemas e aproveitamento de recursos da comunidade, contato das autoridades com os agricultores, proporcionar atividades recreativas no meio rural, apoio técnico ao trabalhador rural. (SAR, 1952, p. 2).

Eram práticas, que no seu conjunto, objetivavam conduzir ao homem do campo informações sobre aspectos diversos: sociais, religiosos, educativos, econômicos. A idéia que se configurava em tais ações era que havia necessidade de modificar hábitos e costumes e modernizar as técnicas de trabalho na lavoura, bem como melhorar as condições de vida do trabalhador que habitava o campo, prevenir esse homem de doenças e mazelas que poderiam ser evitadas através da pedagogia da saúde, (da higiene do corpo e das moradias). Idéias da educação para a saúde como necessária para construção de uma sociedade moderna e industrial; ensinar a mudar hábitos e atitudes, tidos como tradicionais, pela incorporação de práticas de saúde consideradas cientificamente válidas.

Tais proposições se incorporavam nas características do Movimento Higienista e Escolanovista, difundidos no Brasil entre os anos 1920 e 1930, e que marcou influências nas políticas que visavam à saúde pública nos anos subsequentes, como, por exemplo, os anos 1950 e 1970. A educação, nesse contexto, é percebida enquanto instrumento de correção e superação de hábitos tradicionais, enquanto perspectiva de conduzir ao homem ensinamentos necessários para mudança de mentalidade, transformação de hábitos e atitudes, incorporando práticas de saúde.

Essas campanhas compartilhavam com as metas do governo federal, que propunha um projeto de política nacional-desenvolvimentista, idealizando a expansão industrial (com ênfase na cooperação Brasil/investidores privados), tendo, por meta, programas de desenvolvimento. Requeria-se e almejava-se nessa época (anos 50) uma política de investimentos que elevasse os benefícios sociais e econômicos do país; para tanto era necessário combater as mazelas que afloravam o meio rural, (problemas sócio-econômicos), evitando o êxodo rural para as grandes cidades.

Para a década de 50, tais momentos simbolizavam a trajetória política que o país atravessava, onde a idéia de desenvolvimento nacional deveria nascer das massas populares, que estas deveriam refletir sobre si mesmas e exprimir autenticidade; uma justificativa do nacional-desenvolvimentismo. Nesse momento político, a Igreja (não só a de Natal, como a do Brasil) mostrou-se integrada e portadora desse discurso, com também firmou aliança com um poder político, acompanhando os acontecimentos sociais que ocorriam no país.

Observamos que a Arquidiocese apresentou uma ação político-educativa relevante, voltada não somente para um discurso doutrinário e evangelizador, mas, também, práticas

que representaram uma Igreja ativa, e preocupada com os problemas sociais e econômicos que configuraram a sociedade potiguar nas décadas de 40 e 50.

Como resultados de pesquisa, constatamos que a intervenção da igreja nas décadas de 40 e 50, apesar de assistencialista, provocou mudanças significativas na reorganização social dos espaços urbano e rural, atribuindo aos grupos comunitários novas formas de pensar e agir. Com isso, a igreja mantém o espírito de renovação de suas prática e conservação do seu ideário católico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AMMAN, Safira. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.
- BARROS, Raimundo Caramuru de. **Brasil: uma igreja em renovação**. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 1968.
- BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República: de 1930 a 1960**. 6.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1991.
- BLOCH, March. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CARVALHO, Allyson Massote. Crianças Institucionalizadas e desenvolvimento: possibilidades e desafios. In: KOLLER, Sílvia Helena e outros (org.). **Infância brasileira e contexto de desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo; Salvador, BA: Ed. da Universidade Federal da Bahia, 2002.
- CALAZANS, Maria Julieta Costa, SILVA, Hélio R. S. CASTRO, Luiz Felipe Meira de. In: **Dois programas de educação no meio rua na década de 50: CNER SSR**. Rio de Janeiro: Fórum Educação, 1985.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. **Igreja e desenvolvimento**. São Paulo: 1981. 130p. (Coleção Primeiros Passo. v.4).
- CANESQUI, Ana Maria. Trajetória da Educação popular nas instituições estaduais de saúde. In: PAIVA, Vanilda. **Perspectivas e dilemas da educação popular**. (Org.). 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- \_\_\_\_\_. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. DIFEL, 1990.
- ELIAS, Nobert. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1969.
- FERRARI, Alceu. **Igreja e desenvolvimento: o movimento de Natal**. Fundação José Augusto, 1968, 354p.
- \_\_\_\_\_. **O Movimento de Natal: estudo sociológico sobre Igreja e desenvolvimento**. 1967. Tese “Ad Lauream” (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. 1967.
- FOCAULT, Michel de. **Arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1971.



- FREIRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil**: aspecto da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.
- FREITAS, Marcos Cezar de (org.) **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.
- HOBBSBAUW, Eric. **A era dos extremos**. O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- KOLLE, S.H. HUTZ, C.S. **Meninos e meninas em situação de rua**: dinâmica, diversidade e definição. Coletâneas da ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1996, p. 11-34.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4.ed. São Paulo: Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- LIMA, Glaucineia Gomes. **A criança de rua e a ordem simbólica**: o lugar da criança em questão. 1997. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1997.
- MAINWARING, Scott. **A Igreja católica e a política no Brasil**. (1916-1985). São Paulo: Brasiliense: INEP, 1992.
- MONARCHA, Carlos (Org.) **Educação da Infância Brasileira (1875-1983)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- MILITO, S. **Vozes do Meio-fio**. Rio de Janeiro: Relume-Damará, 1995.
- OLIVEIRA, Marlúcia de Paiva. **Igreja e renovação**: educação e sindicalismo no Rio Grande do Norte (1944-1987). São Paulo, 1992. 317p. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, 1992.
- PAIVA, Vanilda. **Violência e pobreza**: a educação dos pobres. In: Zaluar, Alba(org.). **Violência e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.
- PIO XII. ENCICLICA QUEMADMORUM (1946). In.: **Colección completa de encíclicas pontificiais (1832-1965)**. 4. ed. Bueno Aires: Ed. Guadalupe, 1967. (Tomo 2)
- VEIGA, Cynthia; FARIA, Luciano Mendes de. **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntico, 1999.

#### DOCUMENTOS:

- GURGEL, Francisco da Chagas Neves. O abandono da infância. **A Ordem**. 25 abr. 1945, p. 4
- QUE devem ser nossas crianças? **A Ordem**. 16 jan. 1945, p.2
- GUERRA, Otto. Menores e Crimes. **A Ordem**. 22 fev. 1949, p.2
- CLOIN, Tiago G. O Movimento de Natal. In.: **Material Informativo**, n.7, set. 1962.
- SALES, Eugênio de Araújo. Uma experiência pastoral em região subdesenvolvida. In.: **Material Informativo**, n. 9, set. 1963.

#### RELATÓRIOS:

- CNER. **Campanha Nacional de Educação Rural**: Curso de Treinamento de Educadores de Base. Arquivos da Arquidiocese de Natal, 195-. Mimeo.
- SAR. Serviço de Assistência Rural. **Relatório do SAR**. A Campanha Nacional de Educação Rural no Rio Grande do Norte. Natal, Arquidiocese de Natal, 1950-1069.
- \_\_\_\_\_. Serviço de Assistência Rural. **VI Missão Rural - Relatório das atividades desenvolvidas pelo SAR**, 1955.
- \_\_\_\_\_. Serviço de Assistência Rural. **Relatório da Missão Rural de Nísia Floresta**, 1955.
- \_\_\_\_\_. Serviço de Assistência Rural. Natal, Arquidiocese de Natal, set. 1959.

\_\_\_\_\_. Serviço de Assistência Rural. Natal: Arquidiocese de Natal, 1951 -1953.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Serviço de Assistência Rural.** A Campanha Nacional de Educação Rural, Natal, Arquidiocese de Nata, 1959.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Serviço de Assistência Rural.** Arquidiocese de Natal, 1960.